

ATA DA REUNIÃO-ORDINÁRIA-CMDU

Data: 16 de Julho de 2026-Horário: 09:30hs

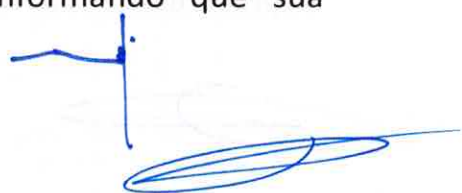
Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU). O Dr. Teles, Assessor de Gestão Estratégica da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, cumprimentou os conselheiros presentes e os participantes que acompanhavam a reunião de forma virtual. Informou que o Secretário Marcelo Manara não pôde comparecer em razão de compromisso oficial na cidade de São Paulo e que, a seu pedido, conduziria a reunião. Na sequência, verificou se os participantes que acompanhavam a reunião pela plataforma virtual conseguiam ouvir adequadamente a transmissão. Confirmada a regularidade do áudio, passou ao primeiro item da pauta. O Dr. Teles informou que a Ata da reunião realizada em 18 de junho de 2026 havia sido encaminhada aos conselheiros por e-mail em 23 de junho de 2026 e submeteu o documento à apreciação da plenária. Solicitou que os conselheiros favoráveis à aprovação permanecessem como estavam e que aqueles que tivessem alguma manifestação ou discordância se pronunciassem. Não havendo manifestações, declarou aprovada, por unanimidade, a Ata da reunião de 18 de junho de 2026. Prosseguindo, anunciou o item de informes e convidou o Sr. Pedro Anderson, responsável pela Sala do Empreendedor, para compor a mesa e apresentar informações sobre a certificação do Município de São José dos Campos no Programa Facilita São Paulo. Com a palavra, o Sr. Pedro Anderson cumprimentou o presidente da mesa, os conselheiros presentes e os participantes que acompanhavam a reunião de forma virtual. Em seguida, informou que o Município de São José dos Campos vinha obtendo resultados expressivos na área de desburocratização dos processos de abertura de empresas. Esclareceu que a Sala do Empreendedor é responsável pela formalização das atividades econômicas e pela emissão de alvarás de funcionamento das atividades, não sendo responsável pela emissão de alvarás relativos às edificações. Relatou que, no mês de maio de 2026, São José dos Campos foi



reconhecido pelo Ministério do Empreendedorismo como o município de melhor desempenho do país em processos de registro empresarial. Explicou que esse reconhecimento é realizado pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), órgão vinculado ao Ministério, responsável por estabelecer normas, monitorar e avaliar os procedimentos das Juntas Comerciais e dos mais de 5.500 municípios brasileiros. Acrescentou que, no mês de julho, o Município recebeu nova certificação por meio do Programa Facilita São Paulo, iniciativa do Governo do Estado de São Paulo voltada à simplificação e desburocratização dos processos de abertura de empresas. Utilizando material ilustrativo, apresentou a chamada "Jornada do Município no Facilita São Paulo", composta por doze etapas, destacando algumas das principais iniciativas implementadas pelo Município. Inicialmente, abordou a implantação da Viabilidade Locacional Automática, sistema que permite ao empreendedor verificar, em aproximadamente três minutos, se determinada atividade econômica é permitida em um imóvel, conforme os parâmetros definidos pela Lei de Zoneamento, especialmente pelo Anexo XI, que classifica as atividades segundo o grau de incomodidade. Ressaltou que, anteriormente, essa análise demandava vários dias. Na sequência, explicou a implantação da Inscrição Municipal Automática, procedimento que permite a geração automática da inscrição municipal após a conclusão da viabilidade locacional positiva e do envio da documentação necessária pelo empreendedor. Destacou que São José dos Campos foi o primeiro município do país a disponibilizar essa funcionalidade, permitindo que empresas recém-constituídas possam emitir notas fiscais no mesmo dia da abertura do CNPJ. Também apresentou o mecanismo de aprovação tácita, por meio do qual os processos passam a ser automaticamente aprovados caso não sejam analisados pela administração municipal no prazo máximo de setenta e duas horas. Esclareceu, entretanto, que, na prática, a maior parte das análises é concluída em poucos minutos. Outro ponto destacado foi a integração do sistema de licenciamento das atividades econômicas, envolvendo Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, órgãos da área agropecuária e CETESB, permitindo que todo o procedimento seja realizado de forma integrada a partir de um único protocolo. O Sr. Pedro

Anderson ressaltou que os resultados alcançados são fruto do trabalho conjunto de diversos setores da Administração Municipal, envolvendo, além da Sala do Empreendedor, outras secretarias, a área de Tecnologia da Informação, a Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças, a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, bem como os Conselhos Municipais, cuja participação considerou fundamental para a construção desse ambiente favorável ao empreendedorismo. Na sequência, apresentou imagens da cerimônia de premiação, destacando que o Município recebeu tanto o Certificado Ouro, concedido pelo cumprimento integral das doze etapas do Programa Facilita São Paulo, quanto o Certificado Inovação, em razão das iniciativas relacionadas ao Sandbox Regulatório e ao sistema GeoSanja. Explicou que o Sandbox Regulatório representa um ambiente de inovação ainda inexistente na maioria dos municípios brasileiros e ressaltou que o GeoSanja possibilita aos empreendedores consultar remotamente informações urbanísticas e de zoneamento, permitindo que investidores de outras localidades realizem todas as etapas necessárias para implantação de seus empreendimentos sem necessidade de deslocamento ao Município. Como exemplo, relatou o caso de empresários do Estado do Maranhão que, após conhecerem São José dos Campos, conseguiram, à distância, realizar pesquisas sobre o zoneamento, locar um imóvel e concluir todos os procedimentos relativos à viabilidade, registro, licenciamento e abertura da empresa por meio dos sistemas eletrônicos disponibilizados pelo Município. Finalizando sua apresentação, afirmou que os reconhecimentos recebidos não pertencem apenas a um departamento ou secretaria específica, mas representam uma conquista de toda a Administração Municipal e da cidade de São José dos Campos, agradecendo aos conselheiros pela colaboração e participação nesse processo. Encerrada a exposição, o Dr. Teles agradeceu ao Sr. Pedro Anderson pela apresentação e destacou que essa era a segunda premiação consecutiva recebida pelo Município. Informou que a obtenção da certificação está relacionada às medidas previstas no Decreto Municipal nº 19.898/2025, que instituiu ações voltadas à desburocratização dos processos administrativos e estabeleceu critérios diferenciados para atividades classificadas como de maior risco. Também ressaltou a importância do sistema GeoSanja, informando que sua



ampliação e modernização foram financiadas com recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU), fundo vinculado ao CMDU, possibilitando a implementação de novas funcionalidades, atualização da base de dados e ampliação das informações disponibilizadas à população. Na sequência, abriu espaço para manifestações dos conselheiros presentes e dos participantes que acompanhavam a reunião virtualmente. Não havendo manifestações, agradeceu novamente ao Sr. Pedro Anderson pela apresentação. Prosseguindo com os informes, consultou o Sr. Paulo Caon, Diretor de Planejamento Urbano, sobre a conveniência de realizar sua apresentação naquele momento ou após a palestra prevista na sequência da reunião. Após alinhamento, foi concedida a palavra ao Sr. Paulo Caon, dando continuidade aos trabalhos da plenária. Na sequência dos informes, o Sr. Paulo Caon, Diretor de Planejamento Urbano, esclareceu dúvida encaminhada pela Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada e Adjacências acerca da criação de um Conselho Gestor específica para a revisão do Plano Diretor. Explicou que o próprio Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), em seu artigo 139, § 1º, estabelece que as revisões do Plano Diretor serão coordenadas pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, a qual recolherá solicitações e definirá a pauta das alterações a serem estudadas em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e demais órgãos e conselhos afins. Dessa forma, esclareceu que o CMDU é o Conselho Gestor do Plano Diretor, sendo o órgão responsável pelo acompanhamento permanente da política urbana e das revisões do Plano Diretor desde a promulgação da Lei Complementar nº 612/2018. Ressaltou que esse modelo é adotado em diversos municípios brasileiros, como Curitiba, Belo Horizonte, Campinas, Joinville, Maringá e Ribeirão Preto, cujos conselhos municipais permanentes exercem essa atribuição, dispensando a criação de conselhos temporários para cada processo de revisão. Acrescentou que, por essa razão, a Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada e Adjacências, por possuir representação no CMDU, já integra o Conselho Gestor responsável pelo acompanhamento da revisão do Plano Diretor. Em seguida, a Sra. Debora Tognozzi Lopes, conselheira suplente representante da Região Central II – Jardim Esplanada informou que

estava acompanhada do Sr. Gerald Banon, secretário da Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada e Adjacências. A conselheira esclareceu que a dúvida apresentada dizia respeito à possibilidade de criação de grupos de discussão ou grupos temáticos para promover debates prévios com a população e com entidades da sociedade civil organizada, visando levantar sugestões, identificar temas prioritários e promover discussões antes da realização das audiências públicas da revisão do Plano Diretor. Manifestou preocupação com o cronograma dos trabalhos, considerando que o prazo para desenvolvimento da revisão lhe parecia reduzido, questionando se ainda haveria tempo hábil para a constituição desses grupos de discussão. Em resposta, o Sr. Paulo Caon esclareceu que a Administração Municipal ainda se encontrava na fase de diagnóstico da revisão do Plano Diretor, período destinado à avaliação das transformações ocorridas na cidade desde a aprovação do Plano Diretor vigente, à análise dos resultados obtidos, à identificação dos aspectos que demandam aperfeiçoamentos e ao levantamento de diretrizes junto às diversas secretarias municipais. Explicou que, antes da discussão de alterações legislativas, é necessário compreender o cenário atual do município, motivo pelo qual o diagnóstico ainda está sendo elaborado. Informou, ainda, que a Prefeitura disponibilizou o programa "Hora do Plano", canal permanente de diálogo que permite aos interessados agendar reuniões quinzenais com a equipe técnica responsável pela revisão do Plano Diretor. Nessas reuniões, os participantes podem esclarecer dúvidas sobre os instrumentos urbanísticos, conhecer melhor os mecanismos previstos na legislação vigente, apresentar sugestões e discutir propostas relacionadas ao Plano Diretor. Esclareceu que esse canal permanecerá disponível durante todo o processo de revisão e afirmou que, em momento oportuno, após a conclusão do diagnóstico, serão promovidas oficinas participativas para apresentação dos estudos e recebimento das propostas da sociedade, oportunidade em que poderão ser constituídos grupos de trabalho ou outros mecanismos de participação. Na sequência, o Dr. Teles registrou as manifestações encaminhadas pelos participantes que acompanhavam a reunião de forma virtual. Inicialmente, informou que o conselheiro Felipe, representante do PIT – Parque de Inovação Tecnológica parabenizou a Administração

Municipal, destacando a importância da iniciativa do Sandbox Regulatório para a conquista da certificação apresentada anteriormente. Na sequência, registrou questionamento encaminhado pela conselheira Luana, que solicitou informações sobre o cronograma da revisão do Plano Diretor, afirmando não ter tido acesso ao documento correspondente nem à metodologia prevista para sua elaboração. Também registrou nova manifestação da participante, questionando se a fase de diagnóstico poderia contar com participação da sociedade. Em resposta, o Sr. Paulo Caon esclareceu que a fase de diagnóstico também poderá ser participativa. Entretanto, explicou que, antes de promover essa discussão, a equipe técnica da Prefeitura precisa consolidar informações e elaborar uma base consistente de dados para subsidiar os debates. Quanto ao cronograma, informou que houve necessidade de revisão do planejamento inicial em razão da elevada demanda de atividades da Secretaria, da dependência de informações fornecidas por outras secretarias municipais e da contratação de consultorias especializadas que apoiarão tecnicamente o processo de revisão do Plano Diretor. Esclareceu que, tão logo seja possível consolidar um cronograma definitivo e compatível com a realidade dos trabalhos, ele será apresentado ao CMDU. Na sequência, a conselheira Sra. Débora Tognozzi Lopes questionou se o programa Hora do Plano poderia disponibilizar também atendimento em formato virtual, considerando que muitas pessoas encontram-se em horário de trabalho durante os períodos destinados aos atendimentos presenciais. Em resposta, o Sr. Paulo Caon informou que a Administração Municipal já está estruturando uma sala destinada às reuniões virtuais, observando que atualmente existe elevada demanda pelas salas de videoconferência da Prefeitura. Esclareceu que o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU) financiou a aquisição de equipamentos destinados especificamente ao processo de revisão do Plano Diretor, incluindo computadores e mesa digitalizadora, que também permitirão a realização dessas reuniões em ambiente virtual. Informou que, assim que essa estrutura estiver concluída, também serão disponibilizados atendimentos remotos à população. Em seguida, o Sr. Gerald Banon, secretário da Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada e Adjacências, questionou se o processo atualmente em andamento

resultará em um novo Plano Diretor ou apenas em uma revisão do Plano Diretor vigente. O Sr. Paulo Caon respondeu que, sob a perspectiva técnica da Administração Municipal, trata-se de um processo de revisão do Plano Diretor. Explicou que o Plano Diretor aprovado em 2018 apresentou elevado grau de inovação em seus instrumentos urbanísticos e que o período de aproximadamente oito anos transcorrido desde sua implantação ainda não representa uma janela temporal suficientemente longa para justificar a elaboração de um plano inteiramente novo. Como exemplo, observou que a implantação e consolidação de novos bairros pode demandar mais de quinze anos, motivo pelo qual muitas das diretrizes ainda estão em fase de maturação. Acrescentou que o objetivo inicial é aperfeiçoar os instrumentos existentes, incorporar novas ferramentas de gestão urbana e promover os ajustes identificados como necessários. Ressaltou, contudo, que a participação da sociedade será determinante para definir o alcance das alterações, afirmando que, caso a população manifeste interesse por mudanças estruturais mais profundas, caberá à Administração Municipal considerar essas demandas durante o processo de revisão. Destacou ainda que instrumentos previstos no Plano Diretor, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, vêm produzindo resultados positivos para o Município, possibilitando investimentos em equipamentos públicos, como a Praça Verão e o receptivo do Parque do Cerrado, financiados com recursos provenientes desse instrumento urbanístico. Na sequência, o Dr. Teles complementou os esclarecimentos, informando que, após a aprovação do Plano Diretor vigente, foi promovida ampla reformulação da composição do CMDU. Explicou que o Conselho passou a adotar processo de escolha de representantes da sociedade civil mediante chamamento público, ampliando a participação de diversos segmentos sociais e fortalecendo sua representatividade. Destacou que essa reformulação teve como objetivo preparar o Conselho para exercer, de forma permanente, as funções de acompanhamento e revisão do Plano Diretor. Acrescentou que o Regimento Interno do CMDU prevê a possibilidade de criação de Câmaras Técnicas e grupos de trabalho temáticos para subsidiar os estudos relacionados à revisão do Plano Diretor. Esclareceu, entretanto, que, no entendimento da Administração Municipal, o momento atual ainda é destinado à elaboração do

diagnóstico, sendo mais oportuno aguardar sua conclusão antes de definir a constituição de novas câmaras técnicas ou grupos especializados. Por fim, o Sr. Gerald Banon manifestou preocupação quanto à divulgação das pautas das reuniões do CMDU, observando que, em algumas ocasiões, os assuntos são disponibilizados com pouca antecedência. Sugeriu que a Prefeitura avalie a criação de um canal que permita a divulgação prévia das pautas das reuniões, de forma ampla e acessível à sociedade, possibilitando maior conhecimento dos temas que serão debatidos e incentivando a participação da população. Em resposta à manifestação do Sr. Gerald Banon acerca da divulgação prévia das pautas das reuniões do CMDU, o Sr. Paulo Caon informou que as pautas são encaminhadas aos conselheiros dentro do prazo previsto pelas normas vigentes. Entretanto, afirmou que a Administração poderá avaliar a possibilidade de antecipar essa divulgação ou disponibilizá-la em outros meios de comunicação, desde que observadas às regras aplicáveis ao funcionamento do Conselho. Na sequência, o Dr. Teles complementou o esclarecimento, explicando que, em razão do dinamismo das atividades da Administração Municipal, a pauta das reuniões sofre alterações frequentes, inclusive com a inclusão de novos assuntos poucos dias antes da realização das plenárias. Informou que essa dinâmica justifica a divulgação da pauta nos cinco dias que antecedem as reuniões, mas destacou que a sugestão será analisada com vistas ao aprimoramento da comunicação. Em seguida, foi concedida a palavra ao conselheiro Jefferson, que cumprimentou os presentes e questionou se haveria espaço destinado a assuntos gerais ao final da reunião. Informou que pretendia apresentar uma demanda relacionada ao Plano Diretor, representando entidades da sociedade civil, e perguntou se aquele seria o momento adequado ou se seria mais oportuno aguardar o término da apresentação prevista na sequência. O Dr. Teles respondeu que, caso se tratasse de um informe breve, ele poderia ser apresentado naquele momento; caso contrário, sugeriu que fosse realizado após a palestra do Major Adilson Naresi, a fim de não comprometer o cronograma da reunião. Na oportunidade, o Dr. Teles recordou que o próprio conselheiro Jefferson havia sugerido, em reuniões anteriores do CMDU e COMAM, a criação de um espaço permanente destinado aos assuntos gerais. O conselheiro Jefferson explicou que a proposta consiste

na reserva de um período específico da reunião para que associações, entidades e a própria Secretaria possam divulgar eventos, projetos e outras informações de interesse coletivo, registrando oficialmente essas manifestações. O Dr. Teles informou que havia tratado da sugestão com o Secretário Marcelo Manara, que considerou a proposta pertinente. Assim, adiantou que a intenção da Administração é incluir, nas próximas reuniões do Conselho, um espaço específico destinado aos assuntos gerais. O conselheiro Jefferson agradeceu a receptividade da proposta e destacou que esse procedimento contribuirá para ampliar a divulgação das ações do Conselho e fortalecer a transparência das reuniões, especialmente em razão da transmissão ao vivo pelo canal oficial da Prefeitura no YouTube. Na sequência, a conselheira Luana manifestou-se ressaltando a importância de que o CMDU participe não apenas das discussões sobre as futuras alterações do Plano Diretor, mas também da própria construção da metodologia utilizada na fase de diagnóstico. Observou que, considerando a atribuição do Conselho como instância gestora do Plano Diretor e de seu processo de revisão, seria importante que os conselheiros tivessem acesso às metodologias empregadas, aos estudos em desenvolvimento, ao cronograma dos trabalhos e às atividades desempenhadas pelas consultorias especializadas, ainda que tais informações estejam sujeitas a ajustes durante o processo. A conselheira destacou que compreender a metodologia adotada para elaboração do diagnóstico é fundamental para que o Conselho possa acompanhar adequadamente a revisão do Plano Diretor. Em resposta, o Sr. Paulo Caon informou que, oportunamente, a equipe técnica apresentará ao CMDU os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, incluindo as demandas encaminhadas às diversas secretarias municipais e os estudos internos realizados até o momento, possibilitando que os conselheiros apresentem contribuições. Esclareceu, ainda, que as consultorias especializadas atualmente em processo de contratação terão a função de elaborar estudos técnicos específicos, especialmente relacionados à viabilidade econômica e operacional de determinados instrumentos urbanísticos e políticas públicas. Como exemplo, citou estudos destinados à avaliação de estratégias para redução do custo da habitação, ampliação do acesso à moradia, definição de áreas para Habitação de Interesse Social e análise

dos modelos mais eficientes para implantação dessas políticas, ressaltando que tais avaliações exigem conhecimento técnico especializado e imparcialidade. Acrescentou que a intenção da Administração é fundamentar tecnicamente as futuras propostas de revisão do Plano Diretor, evitando a adoção de diretrizes que venham a demandar alterações em curto espaço de tempo. Na sequência, o Dr. Teles sugeriu que fosse incluída na pauta da próxima reunião do CMDU uma apresentação específica sobre o andamento da fase de diagnóstico da revisão do Plano Diretor, contemplando informações acerca das atividades desenvolvidas, das solicitações encaminhadas às secretarias municipais e do estágio de execução dos estudos. Destacou que essa apresentação permitirá ao Conselho avaliar a necessidade de constituição de Câmara Técnica específica ou de outras formas de acompanhamento do processo. O Sr. Paulo Caon concordou com a proposta e comprometeu-se a preparar uma apresentação para a próxima reunião do Conselho. Em seguida, o Dr. Teles registrou manifestação encaminhada pela conselheira Helena, representante da Secretaria de Gestão Administrativa e Finanças (SGAF), sugerindo que, além do calendário anual das reuniões, também sejam disponibilizadas no portal eletrônico da Prefeitura as pautas e demais documentos relacionados ao CMDU. O Dr. Teles informou que o calendário anual das reuniões já se encontra publicado no portal institucional da Prefeitura, esclarecendo que a sugestão consiste em ampliar essa divulgação, incluindo também as pautas das reuniões, proposta que será avaliada pela Administração. Na sequência, o Sr. Gerald Banon retomou tema debatido na reunião do CMDU realizada em 18 de junho de 2026, referente ao Caderno de Devolutivas das Audiências Públicas da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal (PELOM). Relatou que, embora tenha localizado um caderno de devolutivas disponível na página eletrônica da Prefeitura, não conseguiu identificar a resposta às manifestações apresentadas por ele e por sua filha durante a audiência pública realizada no Jardim das Indústrias, motivo pelo qual questionou se existiria outro documento contendo essas respostas. Em resposta, o Sr. Paulo Caon esclareceu que todas as manifestações recebidas durante as audiências públicas, bem como aquelas encaminhadas por escrito ou por correio eletrônico, foram respondidas no

mesmo Caderno de Devolutivas publicado pela Prefeitura. Explicou que o documento possui grande volume de informações, em razão da quantidade de manifestações recebidas, muitas delas contendo dezenas de questionamentos semelhantes ou repetitivos, o que tornou o material extenso e de difícil consulta. Acrescentou que cada manifestação foi analisada individualmente pela equipe técnica antes da publicação do documento. Contudo, colocou-se à disposição para verificar eventual omissão e solicitou ao Sr. Gerald Banon que encaminhasse novamente o fosse constatada a ausência da devolutiva correspondente. Encerrados os esclarecimentos, o Sr. Paulo Caon informou que a Prefeitura vem promovendo um ciclo de palestras e debates sobre temas considerados relevantes para subsidiar a revisão do Plano Diretor. Explicou que um dos assuntos prioritários diz respeito à relação entre planejamento urbano e segurança pública, buscando compreender de que forma o desenho urbano e os instrumentos de planejamento podem contribuir para ampliar a sensação de segurança da população. Destacou que, embora São José dos Campos figure entre os municípios mais seguros do país, a Administração entende ser importante aprofundar esse debate durante o processo de revisão do Plano Diretor. Por esse motivo, convidou o Major Adilson Naresi, do 46º Batalhão de Polícia Militar do Interior, para apresentar experiências da Polícia Militar e discutir como as políticas urbanas e o planejamento territorial podem contribuir para o fortalecimento da segurança pública e da sensação de segurança no Município. Destacou que a palestra fazia parte do ciclo de debates promovido pela Prefeitura para subsidiar a revisão do Plano Diretor. Informou que o objetivo da apresentação era discutir de que forma o desenho urbano e o planejamento territorial podem contribuir para o fortalecimento da segurança pública e da sensação de segurança da população. Em seguida, foi concedida a palavra ao Major Adilson Naresi, que iniciou sua apresentação cumprimentando os membros do Conselho e os demais participantes da reunião. Inicialmente, apresentou sua trajetória profissional, informando que atualmente exerce a função de Subcomandante do 46º Batalhão de Polícia Militar do Interior, responsável pelo policiamento das regiões Sul e Leste de São José dos Campos, além dos municípios de Caçapava e Jambeiro. Esclareceu que o município é

atendido por dois batalhões da Polícia Militar. O 1º Batalhão de Polícia Militar do Interior, sediado no complexo da Polícia Militar localizado na Avenida Benedito Matarazzo, é responsável pelas regiões Centro e Oeste de São José dos Campos, além dos distritos de São Francisco Xavier e do município de Monteiro Lobato. Já o 46º Batalhão de Polícia Militar do Interior atua nas regiões Sul e Leste do município, bem como em Caçapava e Jambeiro. Na sequência, apresentou um breve histórico de sua carreira profissional, informando possuir 26 anos de atuação na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Relatou que ingressou na Academia de Polícia Militar do Barro Branco no ano de 2000, graduando-se em Ciências Policiais. Informou que, após sua formação, atuou durante quatro anos na região leste da Capital Paulista, abrangendo os bairros do Tatuapé e Patriarca, posteriormente transferindo-se para São José dos Campos em 2007, onde permaneceu até 2012. Naquele ano, passou a integrar o projeto que resultou na criação do 3º Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEP), unidade responsável pelo atendimento especializado dos 39 municípios pertencentes ao Comando de Policiamento do Interior-CPI-1. Posteriormente, retornou ao 46º Batalhão, permanecendo na unidade até 2018, quando assumiu a chefia do Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM), responsável pelo atendimento das chamadas de emergência do telefone 190 em toda a região do Vale do Paraíba. Relatou ainda que, entre os anos de 2020 e 2024, trabalhou na região de Guarulhos, experiência que considerou importante para comparar diferentes realidades urbanas e compreender como o planejamento territorial influencia diretamente os indicadores de segurança pública. Informou que retornou a São José dos Campos em setembro de 2024, reassumindo suas atividades junto ao 46º Batalhão. O Major destacou que, embora não seja natural de São José dos Campos, reside no município há vários anos e acompanha, tanto na condição de morador quanto de profissional da área de segurança pública, a evolução da cidade. Afirmou que, apesar da existência de desafios a serem enfrentados, São José dos Campos apresenta nível de organização urbana e resultados na área de segurança pública significativamente superior aos observados na maior parte dos municípios brasileiros. Na sequência, ressaltou a parceria existente entre a Prefeitura Municipal e a Polícia Militar, consolidada por meio do Programa

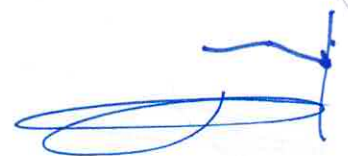
São José Unida. Explicou que esse programa teve origem em 2016, após dificuldades enfrentadas durante as comemorações do aniversário do Município realizadas no Parque da Cidade, quando ocorreram ocorrências que demandaram atuação intensiva da Polícia Militar, especialmente após o encerramento do evento. Relatou que, em 2017, durante as tratativas para realização de nova edição das festividades, o Ministério Público manifestou preocupação com a segurança do evento, levando a Administração Municipal a estabelecer um processo permanente de integração entre Prefeitura e Polícia Militar. Informou que esse trabalho conjunto resultou na criação do Programa São José Unida, posteriormente transformado em Lei Municipal, garantindo sua continuidade independentemente de futuras mudanças administrativas. Segundo o palestrante, esse programa é um dos principais responsáveis pela expressiva redução dos indicadores de criminalidade registrada no Município entre os anos de 2016 e 2026, resultado que considera referência em comparação com outras regiões do Estado de São Paulo. Prosseguindo, esclareceu que, a partir do convite formulado pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, preparou uma apresentação voltada à relação entre planejamento urbano e segurança pública, buscando demonstrar de que forma o desenho urbano pode contribuir para a prevenção da criminalidade. Inicialmente, destacou que a Constituição Federal, em seu artigo 144, estabelece que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, razão pela qual a prevenção da violência depende da atuação conjunta do Poder Público e da sociedade. Explicou que as ações de prevenção podem ser classificadas em três níveis: Prevenção primária, voltada às condições estruturais do ambiente urbano, envolvendo aspectos relacionados ao planejamento territorial, infraestrutura urbana, iluminação pública, manutenção dos espaços públicos e organização da cidade; Prevenção secundária, desenvolvida principalmente pelos órgãos de segurança pública, como Polícia Militar, Guardas Municipais, Polícia Civil e demais instituições responsáveis pela repressão e prevenção direta da criminalidade; Prevenção terciária, relacionada às ações do Poder Judiciário e do sistema penitenciário, abrangendo a aplicação da legislação penal, a execução das penas e os processos de ressocialização. Ressaltou

que a prevenção primária constitui responsabilidade predominantemente municipal, uma vez que diversos fatores que favorecem a ocorrência de crimes estão relacionados às condições físicas da cidade. Como exemplo, citou vias públicas com iluminação insuficiente, terrenos com vegetação excessiva e espaços urbanos degradados, fatores que podem facilitar a atuação de criminosos e reduzir a sensação de segurança da população. Observou que essas situações extrapolam a atuação direta da Polícia Militar, dependendo principalmente das políticas públicas municipais voltadas ao planejamento urbano, manutenção dos espaços públicos e infraestrutura urbana. Na sequência, apresentou o conceito internacional conhecido como Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) — Prevenção do Crime por meio do Desenho Ambiental — desenvolvido na década de 1970 pelo criminologista C. Ray Jeffery, segundo o qual o ambiente físico influencia diretamente as oportunidades para a prática delituosa. Explicou que essa teoria sustenta que o comportamento criminoso não decorre exclusivamente de fatores sociais ou psicológicos, mas também das características do ambiente urbano, que podem criar ou reduzir oportunidades para a ocorrência de delitos. Também fez referência aos estudos desenvolvidos pelo arquiteto Oscar Newman, que demonstraram que o desenho físico dos edifícios, bairros e espaços públicos pode fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores, estimulando o cuidado coletivo com esses ambientes e contribuindo para a redução da criminalidade. Como exemplo, mencionou praças e demais espaços públicos que passam a ser apropriados pela comunidade, cujos moradores acompanham sua conservação, solicitam melhorias ao Poder Público e utilizam regularmente esses ambientes, fortalecendo o controle social informal. Na sequência, apresentou a evolução histórica desse conceito, destacando que: na década de 1970, as principais estratégias concentravam-se na adoção de barreiras físicas, reforço dos acessos, melhoria da iluminação pública e proteção dos alvos potenciais; posteriormente, passaram a ganhar relevância aspectos relacionados à integração comunitária e ao fortalecimento dos vínculos de vizinhança, como o Programa Vizinhança Solidária, atualmente regulamentado por legislação estadual; a partir dos anos 2000, as políticas urbanas passaram a incorporar conceitos de sustentabilidade, criação de parques urbanos,

infraestrutura verde e promoção da qualidade de vida; atualmente, observa-se uma integração entre planejamento urbano e tecnologias inteligentes, incluindo sensores, iluminação pública inteligente, Internet das Coisas (IoT) e sistemas baseados em inteligência artificial. Finalizando essa etapa da apresentação, destacou que São José dos Campos se consolidou como referência nacional em cidades inteligentes, ressaltando que a utilização de tecnologias aplicadas ao planejamento urbano e à segurança pública representa importante instrumento para a prevenção da criminalidade e para o fortalecimento da qualidade de vida da população. Prosseguindo com sua apresentação, o Major Adilson Naresi abordou os principais conceitos da metodologia Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) – Prevenção do Crime por meio do Desenho Ambiental –, destacando os elementos do planejamento urbano que contribuem para reduzir oportunidades para a prática de crimes e aumentar a sensação de segurança da população. Inicialmente, explicou o conceito de vigilância natural, que consiste em maximizar a visibilidade dos espaços públicos de forma orgânica, por meio de soluções urbanísticas como fachadas ativas, calçadas amplas e eliminação de pontos cegos, favorecendo a vigilância informal exercida pelos próprios cidadãos. Como exemplo, observou que parques e áreas públicas devem ser projetados de forma a permitir ampla visibilidade de seu interior por pessoas que circulam externamente, evitando locais isolados que possam facilitar a ação de indivíduos com intenção criminosa. Na sequência, apresentou o conceito de controle natural de acessos, que consiste na definição clara dos percursos destinados a pedestres e veículos, reduzindo oportunidades para invasões e rotas de fuga desordenadas. Ressaltou que, em São José dos Campos, as praças públicas normalmente possuem acessos planejados para veículos de emergência e viaturas policiais, solução que favorece tanto o patrulhamento quanto a atuação em situações críticas, como ocorrências envolvendo riscos à segurança pública. Também destacou a importância da adequada organização dos acessos para facilitar a evacuação de áreas públicas em situações de emergência e permitir maior eficiência na atuação das equipes de segurança. Outro princípio apresentado foi o reforço territorial, caracterizado pela clara distinção entre espaços públicos e privados,

fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade e estimulando a conservação dos espaços urbanos. Como exemplo, mencionou a revitalização do Teatrão, antigo espaço público que permaneceu durante anos inacabado e em situação de abandono, sendo posteriormente transformado em um moderno complexo esportivo utilizado pelo Programa Atleta Cidadão. Relatou sua experiência pessoal como pai de duas atletas participantes do programa, destacando a qualidade da infraestrutura esportiva existente em São José dos Campos e comparando-a positivamente com equipamentos públicos de outros municípios paulistas. Segundo o palestrante, a recuperação de espaços anteriormente degradados fortalece o sentimento de pertencimento da população e amplia a utilização dos equipamentos públicos, contribuindo também para a prevenção da criminalidade. Na sequência, apresentou exemplos práticos da aplicação dos princípios do CPTED, destacando que fachadas ativas, iluminação adequada, manutenção de linhas de visão desobstruídas, arborização planejada e integração entre edificações e calçadas favorecem a circulação de pessoas e ampliam a vigilância natural dos espaços urbanos. Acrescentou que esses elementos também facilitam a utilização de sistemas de monitoramento por câmeras e melhoram a identificação visual de pessoas em áreas públicas. Outro aspecto destacado foi o conceito de direcionamento seguro, que consiste na organização clara dos acessos aos equipamentos públicos, citando como exemplo as unidades da Casa do Idoso, cujas características arquitetônicas facilitam a identificação dos edifícios, o controle dos acessos e a orientação dos usuários. O Major enfatizou ainda a importância do sentimento de pertencimento, explicando que moradores que se identificam com os espaços públicos tendem a zelar por sua conservação e exercer vigilância espontânea sobre o território. Segundo o palestrante, investimentos em mobiliário urbano, paisagismo, áreas verdes e manutenção permanente dos equipamentos públicos fortalecem esse vínculo da população com o espaço urbano e ampliam o controle social informal. Na sequência, apresentou a conhecida Teoria das Janelas Quebradas, segundo a qual ambientes degradados tendem a estimular novos atos de vandalismo e outras práticas ilícitas. Como exemplo, citou o sistema metroviário da cidade de São Paulo, ressaltando que a

manutenção constante da limpeza e da organização dos ambientes induz os usuários a preservarem o espaço público. Também mencionou o sistema metroviário de Nova York nas décadas de 1970 e 1980, frequentemente utilizado como referência nos estudos sobre essa teoria, quando ambientes degradados passaram a estimular comportamentos cada vez mais agressivos e atos contínuos de vandalismo. O palestrante observou que pichações, depredações e pequenos atos de vandalismo, quando não combatidos prontamente, transmitem a sensação de abandono dos espaços públicos, favorecendo a repetição dessas condutas. Em contrapartida, destacou que a manutenção permanente de praças, parques e demais equipamentos públicos, aliada à adequada iluminação e conservação, fortalece o sentimento de pertencimento da população e inibe a atuação de pessoas mal-intencionadas. Acrescentou que esse cuidado permanente também incentiva os moradores a utilizarem os canais oficiais de atendimento da Prefeitura, como o serviço 156, para solicitar manutenção dos espaços públicos. O Major citou, ainda, reflexão da urbanista Jane Jacobs, segundo a qual a segurança das ruas depende, principalmente, da presença constante das pessoas e do controle social exercido pela própria comunidade, mais do que exclusivamente da atuação policial. Relacionou esse entendimento ao Programa Vizinhança Solidário, ressaltando que o cuidado coletivo com ruas, praças e equipamentos públicos fortalece a convivência comunitária e contribui significativamente para a prevenção da criminalidade. Na sequência, compartilhou experiências profissionais adquiridas durante sua atuação na cidade de Guarulhos, destacando que uma das principais diferenças observadas em relação a São José dos Campos está no grau de organização do espaço urbano. Recordou que, quando iniciou suas atividades em São José dos Campos, em 2007, diversos bairros periféricos apresentavam infraestrutura precária, com deficiência de pavimentação, iluminação pública e equipamentos urbanos. Como exemplos, mencionou o bairro do Coqueiro e a antiga Estrada Joel de Paula, que posteriormente receberam melhorias significativas de infraestrutura promovidas pela Administração Municipal. Segundo o palestrante, esses investimentos contribuíram diretamente para a melhoria dos indicadores de segurança pública observada ao longo dos últimos anos. Em seguida, apresentou a



teoria desenvolvida pelo Desembargador Álvaro Lazzarini, que organiza a persecução criminal em três etapas distintas: fase pré-delitual, voltada à prevenção; fase delitual, correspondente à ocorrência do crime; e fase pós-delitual, relacionada à investigação, responsabilização e aplicação da pena. Explicou que o planejamento urbano atua principalmente na fase pré-delitual, reduzindo oportunidades para a prática de crimes por meio de intervenções estruturais, melhorias urbanísticas e ações permanentes de zeladoria. Ressaltou que investimentos preventivos nessa etapa geram benefícios expressivos para a Administração Pública, reduzindo a necessidade de atuação repressiva das forças policiais, diminuindo custos com investigações, processos judiciais e sistema prisional. Finalizando essa parte da apresentação, o Major Adilson Naresi afirmou que a prevenção constitui a estratégia mais eficiente para promoção da segurança pública, destacando que a integração entre planejamento urbano, manutenção dos espaços públicos e atuação das forças de segurança produz resultados significativamente mais eficazes do que ações exclusivamente repressivas. Prosseguindo com a apresentação, o Major Adilson Naresi destacou que os investimentos em prevenção são significativamente mais eficientes e menos onerosos do que as medidas adotadas após a ocorrência dos crimes. Observou que a repressão criminal envolve elevados custos relacionados à aquisição de equipamentos de segurança, manutenção de efetivos policiais, condução de inquéritos policiais, estrutura do sistema de justiça e manutenção do sistema prisional. Ressaltou que o custo para manutenção de pessoas privadas de liberdade é elevado, razão pela qual políticas preventivas tendem a produzir resultados mais eficazes e economicamente sustentáveis. Nesse contexto, mencionou a conhecida reflexão de que os investimentos em educação e prevenção social costumam gerar benefícios mais amplos para a sociedade do que a expansão do sistema prisional, reforçando a importância das ações preventivas. O palestrante afirmou que considerou muito pertinente o convite formulado pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade para discutir a relação entre planejamento urbano e segurança pública, sobretudo pela oportunidade de demonstrar como as políticas urbanas desenvolvidas pelo Município vêm contribuindo para a redução dos indicadores criminais. Na sequência, apresentou exemplos concretos de

iniciativas implantadas em São José dos Campos, destacando o Programa São José Unida e a criação, em 2021, do Centro de Segurança e Inteligência (CSI). Informou que o CSI está instalado no Parque de Inovação Tecnológica (PIT) e constitui um centro de monitoramento de alta tecnologia, aberto à visita institucional. Explicou que o sistema opera por meio de uma ampla rede de videomonitoramento urbano integrada a ferramentas de inteligência artificial. Segundo o Major, o Município conta atualmente com aproximadamente 1.400 câmeras de monitoramento em operação, funcionando ininterruptamente durante 24 horas por dia, com previsão de ampliação para cerca de 1.700 equipamentos, conforme contrato recentemente firmado pela Prefeitura. Esclareceu que a expansão da rede prioriza áreas periféricas e rurais do Município, onde a implantação da infraestrutura tecnológica apresenta maiores desafios, especialmente em razão da necessidade de instalação de redes de comunicação e transmissão de dados. Destacou que o CSI opera de forma integrada ao programa estadual Muralha Paulista, permitindo o compartilhamento de informações e o cruzamento de dados relacionados a pessoas procuradas pela Justiça, veículos e outras ocorrências de interesse policial. Informou ainda que o sistema dispõe de tecnologia de reconhecimento facial e identificação automática, possibilitando a localização de indivíduos procurados pelos órgãos de segurança pública. Como exemplo dos resultados alcançados, relatou que o Município registrou, no mês de fevereiro daquele ano, um período sem ocorrência de roubo de veículos em todas as regiões da cidade. Segundo o palestrante, a combinação entre planejamento urbano, monitoramento inteligente e integração entre os órgãos de segurança contribui para desestimular a atuação de criminosos no Município. Na sequência, abordou a importância da infraestrutura urbana para a segurança pública, destacando os investimentos realizados pelo Município na modernização da iluminação pública. Informou que grande parte da rede de iluminação já opera com tecnologia LED inteligente, proporcionando economia de energia e melhoria da visibilidade dos espaços públicos. Acrescentou que o sistema permite o monitoramento remoto dos equipamentos, possibilitando a rápida identificação de falhas e a realização de manutenção corretiva de forma mais eficiente. O Major ressaltou ainda a

importância da ocupação qualificada dos espaços públicos, mencionando a implantação de redes de internet sem fio em diversas praças e áreas de convivência da cidade. Segundo ele, a disponibilização de infraestrutura adequada e equipamentos de lazer favorece a utilização contínua desses espaços pela população, fortalecendo a convivência comunitária e reduzindo situações de abandono urbano que podem favorecer práticas ilícitas. Também destacou as ações de zeladoria urbana apoiadas por tecnologias de monitoramento, incluindo o uso de drones, imagens de satélite e sistemas inteligentes capazes de identificar situações de degradação urbana, ocupações irregulares e intervenções não autorizadas. Explicou que a rápida identificação desses problemas permite ao Poder Público atuar preventivamente, evitando o agravamento das situações e reduzindo os impactos sociais e urbanísticos decorrentes da ocupação desordenada do território. Nesse contexto, lembrou a operação de reintegração de posse realizada na área conhecida como Pinheirinho, em janeiro de 2012, considerada uma das maiores operações desse tipo realizadas no país. Observou que processos de ocupação irregular não ocorrem de forma repentina, mas resultam de intervenções graduais que, quando não monitoradas e controladas adequadamente, podem consolidar situações de elevada complexidade social e urbanística. O palestrante também relatou experiência vivenciada na região do Rio Comprido, na divisa entre São José dos Campos e Jacareí, onde ocorreram deslizamentos de terra em área de risco que resultaram na morte de moradores. Informou que participou diretamente das operações de resgate das vítimas e destacou que o local já era reconhecido como área suscetível a desastres naturais. Segundo o Major, mesmo após intervenções realizadas pelo Poder Público, ocorreram novas ocupações da área ao longo dos anos, exigindo sucessivas ações de reintegração e desocupação. Ressaltou que somente após a remoção definitiva das construções irregulares foi possível evitar novas ocupações e reduzir os riscos à vida das pessoas. A partir desses exemplos, enfatizou que a prevenção depende não apenas da implantação de equipamentos públicos, mas também da manutenção permanente dos espaços urbanos, do monitoramento contínuo e da atuação coordenada dos órgãos públicos. Na sequência, abordou a certificação internacional recebida por

São José dos Campos em 2025 na área de cidades inteligentes, destacando que o reconhecimento reflete um conjunto de políticas públicas desenvolvidas ao longo de vários anos. Segundo o palestrante, a conquista demonstra o êxito das iniciativas relacionadas à inovação tecnológica, planejamento urbano, mobilidade, infraestrutura e segurança pública. Apresentou ainda um resumo dos principais pilares que sustentam esse modelo de gestão urbana, destacando: Barreiras de proteção associadas à utilização de inteligência artificial; Vigilância territorial integrada por sistemas tecnológicos e monitoramento humano; Espaços públicos ativos e conectados; Zeladoria urbana baseada em dados e monitoramento inteligente; Atuação preventiva voltada à redução das oportunidades para a prática de crimes. Por fim, compartilhou uma experiência vivenciada durante sua atuação na região leste de São José dos Campos, relacionada à segurança dos estudantes da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC). Relatou que, à época, a instituição registrava ocorrências frequentes de roubos contra estudantes, principalmente no período noturno. Após análise da situação, foram identificados diversos fatores urbanos que favoreciam a ação criminosa, incluindo deficiência de iluminação pública, vegetação excessiva às margens das vias, descarte irregular de resíduos e baixa circulação de pessoas. O Major explicou que, embora a Polícia Militar pudesse reforçar o patrulhamento da região, a solução definitiva dependia de intervenções urbanísticas e de manutenção realizadas pelo Município. Diante disso, foi realizada vistoria conjunta com representantes da Prefeitura, oportunidade em que foram apontadas as melhorias necessárias para redução dos fatores de risco existentes no local. Segundo o palestrante, os responsáveis pela área de manutenção urbana informaram que diversas das intervenções identificadas poderiam ser executadas rapidamente, demonstrando a importância da integração entre planejamento urbano, zeladoria e segurança pública para a prevenção da criminalidade. Prosseguindo sua exposição, o Major Adilson Naresi apresentou um caso prático que ilustra a importância da integração entre planejamento urbano, segurança pública e conscientização da população. Relatou que, após a identificação de sucessivos roubos envolvendo estudantes da FATEC, foram implementadas diversas medidas conjuntas entre a Polícia Militar, a Prefeitura Municipal e a direção da



instituição de ensino. Informou que a Prefeitura realizou a instalação de iluminação pública, cercamento da área, poda da vegetação, retirada de entulhos e demais intervenções de infraestrutura necessárias para reduzir as oportunidades de atuação criminosa. Paralelamente, a Polícia Militar promoveu ações educativas junto aos estudantes, ressaltando que, embora a responsabilidade pelos crimes recaia exclusivamente sobre seus autores, determinados comportamentos podem aumentar a vulnerabilidade das pessoas e favorecer a ação dos criminosos. Explicou que muitos alunos deixavam a instituição em horários distintos, frequentemente desacompanhados, o que facilitava a atuação dos infratores. Como medida preventiva, foi realizada uma palestra de orientação aos estudantes, ocasião em que foi sugerida a criação de um ponto de encontro, incentivando a saída em grupos ao término das aulas. Segundo o Major, a adoção dessa prática reduziu significativamente as oportunidades para os criminosos, pois a circulação simultânea de vários veículos e estudantes aumentava a sensação de vigilância, dificultava abordagens criminosas e possibilitava que os próprios alunos acionassem rapidamente os órgãos de segurança em caso de emergência. Informou ainda que, paralelamente, foi intensificado o patrulhamento ostensivo na região por meio da Atividade Delegada, o que contribuiu para a redução quase total dos roubos registrados nas proximidades da instituição. Destacou que o último caso dessa natureza ocorreu no início do ano anterior, evidenciando a efetividade da atuação integrada entre infraestrutura urbana, policiamento e conscientização da comunidade acadêmica. Na sequência, ressaltou que esse resultado demonstra que, embora o policiamento ostensivo seja fundamental, a melhoria das condições do ambiente urbano exerce papel decisivo na prevenção da criminalidade. O palestrante destacou que essa atuação integrada é viabilizada pelo Programa São José Unida, que promove reuniões periódicas entre representantes da Prefeitura, das forças de segurança pública e de diversos órgãos governamentais para análise conjunta de situações que demandam ações coordenadas. Em seguida, apresentou aos conselheiros a cartilha institucional do Programa São José Unida, disponível no portal eletrônico da Prefeitura Municipal. Informou que o documento sintetiza as principais ações desenvolvidas entre os anos de

2016 e 2024, destacando a integração entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Guarda Civil Municipal e demais instituições parceiras. Ressaltou que a iniciativa foi institucionalizada por meio da Lei Municipal nº 10.311, de 2021, garantindo sua continuidade independentemente das futuras administrações municipais. Na sequência, apresentou fotografias das reuniões periódicas realizadas entre representantes das forças de segurança e da Administração Municipal, destacando a participação do então Comandante do Comando de Policiamento do Interior – CPI-1, Coronel Alves, e de representantes da Polícia Civil, Polícia Militar e demais órgãos envolvidos. Também exibiu imagens de operações conjuntas desenvolvidas pela Guarda Civil Municipal, Polícia Militar e demais instituições de segurança. Na continuidade da apresentação, destacou a expansão do sistema de monitoramento eletrônico do Município, ressaltando a previsão de ampliação para aproximadamente 1.700 câmeras, distribuídas em todo o território municipal. Informou que o Centro de Segurança e Inteligência também recebe visitas técnicas de representantes de diversos países, entre eles China, Estados Unidos, Reino Unido, África do Sul e Coreia do Sul, interessados em conhecer o modelo de gestão da segurança pública desenvolvido em São José dos Campos. Acrescentou que, além do centro principal instalado no Parque de Inovação Tecnológica (PIT), o sistema possui centrais descentralizadas de monitoramento instaladas nas sedes da Polícia Militar, Polícia Civil, 3º BAEP e demais unidades operacionais, permitindo acesso compartilhado às imagens em tempo real. Explicou que esse compartilhamento possibilita o acompanhamento de operações policiais, o planejamento de ações preventivas e o suporte às atividades investigativas. Na sequência, apresentou indicadores estatísticos relativos à evolução da segurança pública no Município. Inicialmente, destacou que a população de São José dos Campos passou de aproximadamente 630 mil habitantes, em 2010, para cerca de 730 mil habitantes em 2024, acompanhada por expressivo aumento da frota de veículos. Apesar desse crescimento, informou que, entre 2016 e 2024, foram registradas reduções significativas dos principais indicadores criminais, destacando:



- redução superior a 80% nos roubos de veículos;
- redução superior a 70% nos roubos em geral;
- redução aproximada de 70% nos furtos de veículos;
- redução próxima de 70% nos homicídios.

O Major ressaltou que esses resultados decorrem da integração entre tecnologia, planejamento urbano, monitoramento eletrônico e atuação coordenada das forças de segurança. Informou ainda que o compartilhamento das imagens captadas pelo Centro de Segurança e Inteligência contribui significativamente para as investigações conduzidas pela Polícia Civil, permitindo elevados índices de esclarecimento dos crimes. Como exemplo, afirmou que atualmente os casos de homicídio registrados em São José dos Campos apresentam índice de elucidação próximo de 90%, aproximando-se, em muitos períodos, da totalidade dos casos. Observou que, embora o objetivo primordial seja impedir que os crimes ocorram, a elevada capacidade de identificação dos autores também exerce importante efeito dissuasório sobre a criminalidade. Concluindo sua apresentação, o Major Adilson Naresi retomou o exemplo da revitalização do Teatrão, ressaltando que a transformação de um espaço anteriormente degradado em um moderno complexo esportivo representa um dos principais exemplos dos benefícios proporcionados pelo planejamento urbano. Relatou, inclusive, sua experiência pessoal como pai de atletas participantes do programa Atleta Cidadão, afirmando sentir orgulho da infraestrutura esportiva disponibilizada pelo Município e destacando que equipamentos públicos dessa natureza fortalecem o sentimento de pertencimento da população, incentivam práticas saudáveis e contribuem diretamente para a prevenção da violência. Ao término da palestra, o Dr. Teles agradeceu a presença e a participação do Major Adilson Naresi, destacando a relevância da exposição para os trabalhos de revisão do Plano Diretor. Ressaltou que a apresentação evidenciou a estreita relação entre planejamento urbano e segurança pública, reforçando a importância do Plano Diretor como instrumento estruturador do desenvolvimento da cidade. Parabenizou a Polícia Militar pelos resultados alcançados e destacou que São José dos Campos se consolidou como referência em segurança pública. Também fez menção ao Programa Atleta Cidadão, informando que sua filha participa da iniciativa e ressaltando que o programa representa importante política pública de inclusão social e prevenção da violência, ao proporcionar às crianças e aos adolescentes oportunidades de prática esportiva, convivência comunitária e desenvolvimento saudável. Na sequência, informou que concederia a palavra ao Sr. Paulo Caon e, posteriormente,

abriria espaço para perguntas, manifestações e comentários dos conselheiros. Encerrada a apresentação do Major Adilson Naresi, o Sr. Paulo Caon, Diretor de Planejamento Urbano, agradeceu pela palestra e destacou a relevância da abordagem apresentada sobre a relação entre planejamento urbano e segurança pública. Observou que um dos aspectos que mais lhe chamou a atenção foi a demonstração de que investimentos em prevenção primária geram economia significativa para o Poder Público, reduzindo custos relacionados à investigação criminal, atuação do Poder Judiciário e manutenção do sistema prisional. Comentou que estudos internacionais, especialmente norte-americanos, demonstram que investimentos em espaços públicos de qualidade, como praças e áreas de convivência, também resultam em expressiva redução dos gastos com saúde pública. Como exemplo, citou a Praça Floripes Bicudo, ressaltando que se trata de um espaço permanentemente ocupado pela população, proporcionando sensação de pertencimento, segurança e convivência comunitária, mesmo sem possuir grande quantidade de equipamentos urbanos. Segundo Paulo Caon, espaços públicos ativos incentivam práticas saudáveis, fortalecem os vínculos sociais e produzem reflexos positivos tanto na saúde quanto na segurança pública, justificando investimentos permanentes em zeladoria e manutenção urbana. Na sequência, propôs ao Major Adilson Naresi um desafio para colaborar com os estudos de revisão do Plano Diretor. Solicitou que a Polícia Militar encaminhasse ao Departamento de Planejamento Urbano informações consideradas relevantes para subsidiar o diagnóstico da revisão do Plano Diretor, especialmente indicadores relacionados à segurança pública. Também sugeriu que fossem apresentadas aproximadamente cinco diretrizes de planejamento urbano que, na visão da Polícia Militar, contribuíssem para a construção de espaços urbanos mais seguros. Como exemplo, mencionou a necessidade de ampliar a permeabilidade visual dos espaços públicos, citando estudos internos realizados pelo Departamento sobre a substituição de muros por gradis em loteamentos fechados, permitindo maior visibilidade das vias públicas sem comprometer a segurança dos empreendimentos. Informou que formalizaria posteriormente esse pedido por meio de correspondência eletrônica. Na sequência, o Dr. Teles abriu espaço para manifestações dos conselheiros. A conselheira Adriana Mariano, presidente e líder comunitária, tutora do programa Vizinhança Solidária e presidente de Associação de Amigos de Bairro, relatou problemas relacionados à segurança no entorno do Parque da Cidade, especialmente na entrada localizada pela Vila Terezinha. Informou que o local encontra-se sem iluminação pública adequada, possuindo registros

fotográficos e vídeos que demonstram pessoas pulando o alambrado do parque e retirando materiais do interior da área pública. Acrescentou que, na entrada situada pela Rua Aracaju, é frequente a circulação de pessoas em situação de rua transportando materiais provenientes do parque, utilizando posteriormente rotas sem monitoramento por câmeras para deixar o local. Relatou ainda que o último poste existente na Rua Maceió não possui braço de iluminação e que, aproximadamente quinze dias antes da reunião, ocorreu furto da fiação elétrica naquela região, deixando o entorno completamente às escuras. Segundo a conselheira, todas essas situações comprometem significativamente a segurança preventiva do local e solicitou esclarecimentos sobre as providências que poderiam ser adotadas tanto pela Prefeitura quanto pela Polícia Militar. Em resposta, o Major Adilson Naresi agradeceu a manifestação da conselheira e ressaltou a importância da participação da comunidade na identificação de problemas relacionados à segurança pública. Orientou que, diante da ocorrência de situações delituosas em andamento, fosse acionado imediatamente o telefone de emergência 190 da Polícia Militar. Quanto aos problemas estruturais apontados, esclareceu que se trata de questões típicas de segurança primária, cuja solução depende principalmente da manutenção adequada do ambiente urbano. Recomendou que as demandas relacionadas à iluminação pública, manutenção de cercas, zeladoria e conservação do espaço também fossem formalizadas junto aos canais de atendimento da Prefeitura, especialmente por meio do serviço 156, comprometendo-se igualmente a encaminhar a situação ao comando responsável pelo policiamento da região. O Major destacou que a integração existente entre a Prefeitura Municipal e as forças de segurança, por meio do Programa São José Unida, facilita a rápida comunicação entre os órgãos públicos, permitindo respostas mais eficientes às demandas apresentadas pela população. Observou ainda que melhorias aparentemente simples, como reparo de cercamentos, reposição da iluminação pública e manutenção dos equipamentos urbanos, produzem impactos significativos na prevenção da criminalidade. Também informou que a Prefeitura e a Polícia Militar vêm desenvolvendo trabalho conjunto para identificação de imóveis abandonados e áreas que favoreçam a permanência de pessoas em situação de rua ou usuários de drogas. Explicou que, após a identificação dessas situações, os proprietários são formalmente notificados para adotar as providências necessárias e, quando isso não ocorre, podem ser realizadas medidas administrativas e judiciais, inclusive demolições, quando cabíveis, a fim de eliminar situações que favoreçam a degradação

urbana e a prática de crimes. Especificamente em relação ao Parque da Cidade, reconheceu tratar-se de uma área extensa e informou que levaria novamente as demandas apresentadas ao conhecimento dos responsáveis pelo policiamento da região, buscando atuação conjunta com a Prefeitura para adoção das providências necessárias. Por fim, reiterou a importância de que situações emergenciais sejam imediatamente comunicadas à Polícia Militar pelo telefone 190, esclarecendo que o atendimento segue protocolos baseados em uma árvore de decisão, mediante coleta de informações essenciais para definição da resposta operacional mais adequada. Explicou ainda que o atendimento é integrado entre Polícia Militar, Guarda Civil Municipal e Centro de Segurança e Inteligência (CSI), permitindo o encaminhamento das ocorrências ao órgão competente ou, quando necessário, a atuação conjunta das instituições de segurança pública. Dando continuidade às manifestações, a conselheira suplente Débora Tognozzi Lopes da Região Central II (Jardim Esplanada), arquiteta e urbanista, mestre em Planejamento Urbano Regional e pós-graduanda em Neurociência, agradeceu ao Major Adilson Naresi pela palestra e parabenizou-o pela abordagem apresentada. Inicialmente, fez uma observação quanto à referência à urbanista Jane Jacobs, esclarecendo que se trata de uma arquiteta e urbanista e ressaltando a importância de suas contribuições para o planejamento urbano. Em seguida, destacou que um dos princípios fundamentais do urbanismo consiste na função social dos espaços públicos, observando que locais utilizados, apropriados e valorizados pela população tendem a inibir ações de vandalismo e criminalidade, uma vez que a presença constante de pessoas dificulta a atuação de indivíduos mal-intencionados. Acrescentou, entretanto, que a crescente disseminação do uso de entorpecentes tem alterado essa dinâmica, uma vez que determinados grupos acabam ocupando esses espaços independentemente da presença da comunidade. Sob a perspectiva de seus estudos em Neurociência, afirmou que a prevenção da violência deve ser construída principalmente por meio da educação, defendendo políticas públicas voltadas à inclusão social, ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades. Segundo a conselheira, experiências de países mais desenvolvidos demonstram que investimentos contínuos em educação de qualidade e inclusão social resultam em menores índices de violência urbana. Observou ainda que a justiça social, a distribuição de oportunidades e a educação inclusiva beneficiam toda a sociedade, independentemente da condição econômica dos cidadãos. Na sequência, apresentou um exemplo relacionado à Praça Floripes Bicudo, anteriormente mencionada durante a reunião. Informou

que, apesar das qualidades do espaço público, a praça ainda é conhecida popularmente pelo apelido de "Maconhão", em razão do consumo ostensivo de drogas no local. Relatou que frequentemente presencia pessoas utilizando entorpecentes durante o dia, inclusive nas proximidades do playground, onde crianças permanecem brincando, situação que, segundo afirmou, causa desconforto aos frequentadores do espaço. Também mencionou a realização de festas noturnas com consumo de bebidas alcoólicas por jovens, perturbação do sossego público e necessidade de acionamento frequente da Polícia Militar. A conselheira questionou se a existência de maior presença ostensiva de policiais em locais de grande circulação de pessoas, como áreas centrais, Avenida Anchieta e Vila Ema poderia contribuir para ampliar a sensação de segurança da população. Finalizando sua manifestação, reiterou que considera a educação, a inclusão social e a criação de oportunidades para os jovens os principais instrumentos de prevenção da violência, defendendo políticas públicas capazes de oferecer perspectivas de desenvolvimento profissional e social às novas gerações. Em resposta, o Major Adilson Naresi agradeceu as contribuições apresentadas pela conselheira. Inicialmente, destacou que, segundo levantamentos recentes divulgados em junho daquele ano, São José dos Campos figura entre as cidades mais seguras do Brasil entre os municípios com mais de 500 mil habitantes. Explicou que esse indicador considera a taxa de homicídios por 100 mil habitantes e informou que o Município apresenta índice aproximado de 5,3 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional situa-se em torno de 20 homicídios por 100 mil habitantes. Observou ainda que diversas cidades de países considerados referência em segurança pública apresentam índices superiores aos registrados em São José dos Campos. O Major ressaltou, entretanto, que a sensação de segurança constitui elemento subjetivo e pode ser influenciada por experiências pessoais ou pela proximidade de episódios de violência, independentemente dos indicadores estatísticos. Na sequência, reconheceu que a utilização inadequada dos espaços públicos por usuários de drogas constitui preocupação permanente das forças de segurança. Segundo o palestrante, parte das dificuldades enfrentadas decorre das alterações recentes na interpretação da legislação relacionada ao porte de drogas para consumo pessoal, que passaram a tratar determinadas situações prioritariamente sob a ótica da saúde pública. Explicou que, atualmente, quando uma pessoa é flagrada portando quantidade de entorpecente compatível com uso pessoal, aplicam-se os procedimentos previstos na legislação vigente, não sendo adotadas medidas de natureza

prisional nesses casos. Acrescentou que o consumo de drogas, embora frequentemente analisado sob o aspecto da dependência química, também possui reflexos sociais mais amplos, especialmente por contribuir para a movimentação financeira do tráfico de drogas. Ressaltou, contudo, que a prevenção permanece sendo a estratégia mais eficaz para enfrentamento desse problema, destacando a importância da educação e do fortalecimento das políticas públicas voltadas aos jovens. O Major enfatizou o papel desempenhado pelos profissionais da educação, afirmando que os professores exercem função fundamental na formação dos cidadãos e enfrentam desafios crescentes no ambiente escolar. Ao comentar as observações da conselheira sobre desigualdade social, destacou que, em sua experiência pessoal, pobreza e criminalidade não podem ser automaticamente associadas. Relatou que foi criado apenas por sua mãe, empregada doméstica, estudou integralmente em escolas públicas e afirmou que o principal patrimônio recebido de sua família foi o acesso à educação. Como exemplo, contou que sua mãe enfrentou longas filas para garantir sua matrícula em uma escola pública considerada referência em sua cidade natal, Pindamonhangaba, ressaltando que sua trajetória profissional demonstra a importância da educação como instrumento de ascensão social e formação cidadã. Concluiu afirmando que, em sua avaliação, a condição socioeconômica, por si só, não determina a prática da criminalidade, reiterando que investimentos em educação, prevenção e fortalecimento das oportunidades permanecem como elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais segura. O Major Adilson Naresi, em resposta às considerações anteriormente apresentadas, destacou que, em sua avaliação, os crimes de colarinho branco estão entre os mais prejudiciais à sociedade, em razão dos elevados prejuízos financeiros causados aos cofres públicos. Observou que, atualmente, os desvios de recursos públicos atingem cifras bilionárias, citando como exemplo recente um caso envolvendo aproximadamente R\$ 1,5 bilhão em recursos do ICMS. O Major ponderou que a prática criminosa não está necessariamente relacionada às condições socioeconômicas do indivíduo, ressaltando que pessoas com elevado nível de escolaridade, acesso às melhores universidades e boas oportunidades profissionais também cometem crimes. Em sua avaliação, a formação ética e moral do indivíduo exerce papel determinante na prevenção da criminalidade. Na sequência, enfatizou a importância da família como principal núcleo de formação de valores, esclarecendo que não considera a ausência de uma estrutura familiar tradicional como fator determinante para a prática delituosa, citando sua própria experiência de

vida por ter sido criado por sua mãe. Contudo, manifestou preocupação com o enfraquecimento dos vínculos familiares e com a perda de valores transmitidos no ambiente doméstico, entendendo que esse cenário pode produzir reflexos negativos na sociedade. Relatou, ainda, experiência compartilhada por uma profissional da área de saúde mental durante uma palestra, na qual foi destacado que famílias com boas condições socioeconômicas também enfrentam graves problemas relacionados ao uso de drogas por seus filhos. Segundo o relato apresentado, alguns adolescentes justificavam o consumo de entorpecentes afirmando que seus próprios pais também faziam uso dessas substâncias. Para o Major, esse exemplo evidencia a relevância da família como referência na formação dos jovens. Por fim, destacou que a elevada reincidência criminal observada no país contribui para a sensação de impunidade e compromete a efetividade do sistema de justiça criminal. Em seguida, o Sr. Paulo Caon fez uma complementação, esclarecendo que Jane Jacobs, anteriormente mencionada durante a palestra, não era arquiteta, mas jornalista, ativista e uma das principais referências internacionais em planejamento urbano. Ressaltou que o sentimento de pertencimento da população em relação aos espaços públicos transforma positivamente a dinâmica dos bairros, motivo pelo qual considera essencial o fortalecimento das associações de moradores e o incentivo para que a própria comunidade participe da preservação e manutenção dos espaços públicos. Observou que o atendimento de ocorrências envolvendo usuários de drogas demanda significativo emprego do efetivo policial e, muitas vezes, não resulta em solução definitiva, uma vez que o usuário é liberado e retorna posteriormente ao mesmo local. Destacou, nesse contexto, a importância do sistema de videomonitoramento como ferramenta de apoio ao policiamento ostensivo, permitindo maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis. Defendeu, ainda, maior participação da comunidade na preservação dos espaços públicos, mediante atuação organizada das associações de moradores, sempre em colaboração com os órgãos públicos competentes. Considerando o adiantado da hora, solicitou que as próximas intervenções fossem objetivas, a fim de permitir a continuidade da reunião. Na sequência, o Conselheiro Gerald Banon parabenizou o Major pela apresentação e questionou sua opinião sobre a implantação de ruas exclusivas para pedestres. Em resposta, o Major Adilson Naresi agradeceu a pergunta e esclareceu que a criação de calçadas e demais espaços destinados exclusivamente aos pedestres é matéria de competência do Poder Público Municipal, exigindo estudos técnicos específicos e planejamento urbano

adequado. Esclareceu que a Polícia Militar pode ser consultada durante esses processos, especialmente para apresentar considerações relacionadas aos aspectos de segurança pública, mas não possui competência técnica para deliberar sobre a viabilidade urbanística dessas intervenções. Destacou que diversas cidades brasileiras vêm ampliando o uso dos espaços públicos para atividades esportivas, culturais e de lazer, citando como exemplo o fechamento temporário de avenidas aos domingos para caminhadas, corridas, passeios com animais de estimação e outras atividades recreativas. Enfatizou que toda alteração na utilização dos espaços públicos deve ser precedida de planejamento. Como exemplo, relatou o caso de um pedido para realização de um evento em comemoração ao Dia das Crianças, em uma praça pública da região sul do município. Informou que, durante a análise técnica realizada pela Prefeitura em conjunto com os órgãos de segurança pública, foram identificadas inconsistências, como a previsão de encerramento do evento às 22 horas e apresentações musicais incompatíveis com a proposta inicialmente apresentada. Diante dessas circunstâncias, e considerando a possibilidade de desvirtuamento da finalidade do evento, o pedido não foi autorizado. Na sequência, destacou o planejamento relacionado ao empreendimento Sete Sóis, previsto para a região leste de São José dos Campos, com estimativa de receber entre 30 mil e 40 mil habitantes. Explicou que a Prefeitura exige dos empreendedores diversas contrapartidas urbanísticas, incluindo implantação de áreas verdes, melhorias viárias, duplicação de pontes e destinação de áreas institucionais para equipamentos públicos, contemplando Unidade Básica de Saúde (UBS), creche, escola e área destinada à futura instalação da Polícia Militar. Segundo o Major, esse modelo de planejamento urbano permite que a população tenha acesso aos principais serviços dentro da própria região onde reside, reduzindo deslocamentos, melhorando a mobilidade urbana, diminuindo congestionamentos e proporcionando melhor qualidade de vida. Acrescentou que São José dos Campos apresenta uma organização urbana que favorece a descentralização dos serviços públicos e privados, permitindo que os moradores encontrem atendimento em suas próprias regiões, reduzindo deslocamentos entre diferentes áreas da cidade. Concluiu afirmando que iniciativas voltadas à ampliação dos espaços públicos destinados ao lazer, ao esporte e à convivência fortalecem o sentimento de pertencimento da população e contribuem para a melhoria da qualidade de vida e da segurança urbana. Encerrando o tema, Dr. Teles consultou os conselheiros sobre a existência de novos questionamentos relacionados à palestra. Não havendo outras

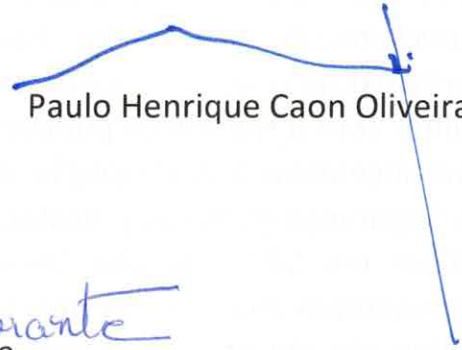
manifestações, dirigiu-se ao Conselheiro Jeferson, questionando se preferia tratar dos assuntos gerais naquele momento ou deixá-los para uma próxima reunião. O Conselheiro Jefferson parabenizou o Major Adilson Naresi pela palestra e pela transparência com que apresentou as informações relacionadas à segurança pública. Destacou a importância do sentimento de pertencimento da comunidade em relação aos espaços públicos e observou que, em sua atuação como presidente de entidade representativa, tem percebido que o envolvimento da população contribui significativamente para a obtenção de resultados positivos. Entretanto, ponderou que não considera recomendável que cidadãos abordem diretamente pessoas em situação de prática de atos ilícitos, por entender que essa atitude pode colocar a integridade física dos moradores em risco. Relatou experiência pessoal em que quase foi agredido ao tentar intervir em uma situação semelhante, recomendando que esse tipo de abordagem seja evitado. Na sequência, informou que os assuntos gerais anteriormente propostos poderiam ser discutidos em uma próxima plenária, especialmente diante das informações apresentadas sobre o empreendimento Sete Sóis e o crescimento previsto para a região leste do município. Em seguida, manifestou preocupação com a expansão urbana no entorno da refinaria da Petrobras, ressaltando que, durante muitos anos, as restrições existentes limitaram o adensamento populacional na região. Observou que esse cenário vem sendo alterado com a implantação de novos empreendimentos imobiliários, incluindo edifícios residenciais e conjuntos habitacionais de grande porte, o que aumenta a população residente nas proximidades da refinaria. Diante desse contexto, propôs que o Conselho promova uma reunião com representantes da Petrobras, especialmente com a gerência da refinaria, para discutir os procedimentos relacionados aos planos de evacuação e às medidas de segurança voltadas ao entorno da unidade industrial. Esclareceu que, anteriormente, a responsabilidade da empresa concentrava-se nas ações internas às suas instalações, porém destacou que, em razão de normativas mais recentes relativas à gestão de riscos tecnológicos de grande magnitude, passou a existir responsabilidade ampliada, alcançando também os impactos potenciais sobre a população localizada no entorno da refinaria. Lembrou que, durante reunião realizada em 2021, representantes da Petrobras reafirmaram que sua responsabilidade restringia-se às áreas internas da refinaria. Contudo, chamou a atenção para manifestação feita, à época, pelo então Diretor da Saúde do Município, Sr. Augusto Delfim, que informou não haver estrutura hospitalar preparada para atender eventual acidente de grande magnitude envolvendo múltiplas vítimas. Acrescentou

que acidentes relevantes já ocorreram na refinaria em diferentes períodos, incluindo ocorrências com vítimas fatais, ressaltando que o atual cenário de mudanças climáticas e eventos extremos reforça a necessidade de aperfeiçoamento permanente dos protocolos de prevenção, evacuação e resposta a emergências. Por essa razão, sugeriu que o tema seja incluído na pauta de uma próxima reunião do CMDU ou, alternativamente, que seja constituído um grupo técnico para discutir os procedimentos de evacuação e a melhoria contínua do sistema de segurança relacionado à refinaria. Ao final de sua manifestação, voltou a parabenizar os palestrantes e agradeceu a oportunidade de apresentar sua contribuição. Na sequência, Dr. Teles agradeceu as considerações do conselheiro Jeferson e informou que encaminharia a solicitação ao Secretário Manara, que mantém contato com representantes da Petrobras, para que fosse formulado convite à empresa a fim de prestar esclarecimentos ao CMDU. Recordou que representantes da Petrobras já haviam participado anteriormente de reunião do COMAM para tratar dos procedimentos internos de evacuação e ressaltou a importância de ampliar esse debate para contemplar os impactos sobre a área externa da refinaria. Em seguida, o Presidente consultou o Major Adilson Naresi sobre a possibilidade de fazer suas considerações finais. O Major agradeceu novamente o convite formulado pela Prefeitura de São José dos Campos, especialmente ao diretor Paulo Caon, manifestando satisfação em participar da reunião e reafirmando o compromisso permanente da Polícia Militar com a segurança pública do município. Aproveitou a oportunidade para incentivar a participação da população nos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG), destacando que todas as companhias da Polícia Militar em São José dos Campos mantêm conselhos ativos, os quais representam importantes canais de comunicação entre a comunidade e os órgãos de segurança pública. Ressaltou que esses espaços permitem à população apresentar demandas relacionadas tanto à segurança pública quanto às ações de prevenção primária, fortalecendo a integração entre sociedade e poder público. Também enalteceu os canais de atendimento disponibilizados pela Prefeitura e reconheceu que, embora uma cidade com aproximadamente 730 mil habitantes apresente inúmeras demandas, a participação ativa da população fortalece o sentimento de pertencimento e contribui para o contínuo aperfeiçoamento das políticas públicas. Destacou, ainda, que sua experiência profissional em outros municípios permite afirmar que São José dos Campos vive um processo contínuo de desenvolvimento e demonstra elevada preocupação com o bem-estar da população, realidade que considera diferenciada em relação

a diversos outros municípios do Estado de São Paulo. Ao encerrar sua participação, agradeceu a todos os presentes e desejou êxito nas atividades desenvolvidas por cada um. Na sequência, Paulo Caon agradeceu ao Major pela palestra e pela qualidade das informações compartilhadas. Destacou que diversos conceitos apresentados, como fachadas ativas, ampliação das calçadas, permeabilidade visual, substituição de muros por gradis e valorização das praças públicas, já integram as diretrizes do Plano Diretor de São José dos Campos, demonstrando a sintonia entre o planejamento urbano e as políticas voltadas à segurança pública. Acrescentou que pretende sugerir à Polícia Militar a replicação desse modelo de palestra em outros municípios, entendendo que a integração entre planejamento urbano e segurança pública pode contribuir significativamente para o desenvolvimento das cidades. Por fim, o Dr. Teles agradeceu ao Major Adilson Naresi pela valiosa contribuição ao processo de revisão do Plano Diretor, bem como a todos os conselheiros pelas perguntas, manifestações e participação na reunião. E nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Teles Eduardo Pivetta



Paulo Henrique Caon Oliveira



Marisa do Prado Sá Durante